

Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático

Educator Black Movement, emancipatory knowledge and the construction of a democratic project

Nilma Lino Gomes  

nilmalinogomes@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Resumo

Este artigo retoma a discussão sobre os saberes emancipatórios construídos pela população negra, sistematizados, ressignificados e disseminados pelo Movimento Negro Educador. Entre eles, destacam-se os saberes políticos, identitários, estético-corpóreos, interseccionais e da indignação. Reconhece-se a força pedagógica e política desse movimento social e seu impacto no processo de educação e reeducação do Estado, de suas instituições, da própria sociedade e de si mesmo. Esse processo reflete a atuação contínua do Movimento Negro Educador na transformação das estruturas de poder e na ressignificação das relações étnico-raciais. A separação dos saberes apresentada ao longo do artigo é um recurso didático e argumentativo, pois, na vida social, eles se manifestam de forma imbricada e interdependente. Dependendo do contexto e das circunstâncias em que operam, alguns podem se sobressair mais do que outros. Por fim, discute-se que os saberes emancipatórios construídos pelo Movimento Negro Educador nas lutas pela democracia propõem um projeto de nação que reconheça e valorize a diversidade, um projeto que não se cale diante do racismo, que lute por equidade, justiça e direitos humanos, que rejeite a divisão classista imposta pelo capitalismo e que reforce a importância de um Estado democrático e de direito verdadeiramente comprometido com a transformação social.

Palavras-chave

Movimento Negro. Educação. Saberes. Relações Étnico-Raciais. Democracia.

Abstract

This article resumes the discussion about the emancipatory knowledge constructed by the black population, systematized, redefined and disseminated by the Educator Black Movement. Among them, political, identity, aesthetic-corporeal, intersectional and indignation knowledge stand out. The pedagogical and political strength of this social movement and its impact on the process of education and re-education of the State, its institutions, society itself and itself are recognized. This process reflects the continuous action of the Educator Black Movement to transform power structures and redefine ethnic-racial relations. The separation of knowledge presented throughout the article is a didactic and argumentative resource, since, in social life, they manifest themselves in an intertwined and interdependent way. Depending on the context and circumstances in which they operate, some may stand out more than others. Finally, it is argued that the

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 10/10/2024

Aprovação do trabalho: 17/11/2024

Publicação do trabalho: 20/03/2025

 10.46230/lef.v16i4.15207

COMO CITAR

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.4, 2024. p. 12-33. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15207>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

emancipatory knowledge built by the Educator Black Movement in the struggles for democracy proposes a project for a nation that recognizes and values diversity, a project that does not remain silent in the face of racism, that fights for equity, justice and human rights, that rejects the class division imposed by capitalism and that reinforces the importance of a democratic State and the rule of law truly committed to social transformation.

Keywords

Black Movement. Education. Knowledge. Ethnic-Racial Relations. Democracy.

Introdução

A trajetória histórica do Movimento Negro em nossa sociedade se manifesta por meio de uma atuação incisiva na construção da democracia. Nesse processo, ele não apenas educa a sociedade, mas também se reeduca continuamente¹. No Brasil, o Movimento Negro pode ser compreendido como um agente educativo essencial, responsável por recolher, sistematizar e disseminar os saberes construídos pela população negra ao longo da história, transformando-os em demandas políticas. Ao mesmo tempo, ele se afirma como produtor e organizador de saberes, especialmente aqueles voltados para a emancipação, forjados na luta por democracia e no enfrentamento ao racismo.

Essas características permitem que esse movimento social seja reconhecido como um educador. Assim, estamos diante do Movimento Negro Educador, que, tanto em sua dimensão teórica quanto política, pode ser compreendido como um conceito complexo. Esse conceito se expressa por meio de um sintagma – uma estrutura composta por um termo e seus complementos –, que articula quatro dimensões interligadas: sua atuação enquanto movimento social, a afirmação da negritude, o processo educativo e a autorreflexão pedagógica. Dessa forma, o Movimento Negro Educador desempenha um papel importante na construção, sistematização e disseminação de saberes críticos e emancipatórios.

Compreender o Movimento Negro Educador implica reconhecer seu caráter revolucionário, que confronta os poderes conservadores e as ditaduras ao intervir na sociedade, para combater um fenômeno perverso enraizado na estrutura social brasileira desde os tempos coloniais: o racismo. No Brasil, o Movimento Negro Educador representa uma prática de insurgência que desafia as narrativas hegemônicas sobre a democracia racial e a história oficial, amplamente difundidas nos discursos institucionais, especialmente durante os períodos ditatoriais.

1 Parte das discussões aqui apresentadas fazem parte do projeto de produtividade em pesquisa em curso, com apoio do CNPQ.

O Movimento Negro Educador pode ser compreendido como um “educador coletivo”, que constrói e dissemina saberes emancipatórios, desafiando o racismo estrutural e propondo uma nova epistemologia política. Sua ação questiona a própria educação escolar, da educação básica à educação superior, assim como os discursos que sustentam a suposta harmonia racial no Brasil e o ideal do branqueamento. Ele vai além da denúncia das desigualdades: ele articula e constrói projetos transformadores que ressignificam o papel do Estado, da política, do sistema jurídico, das mídias, da educação e da cultura, na construção de uma sociedade antirracista. Essa capacidade de proposição e transformação é um de seus diferenciais em relação a outros movimentos sociais e populares do século XX. Além disso, é fundamental destacar que, em aliança com os movimentos populares de resistência à ditadura militar, instaurada em 1964, o Movimento Negro Educador desempenhou um papel ativo nos processos de contestação e denúncia do Estado autoritário.

Durante o processo de redemocratização do Brasil, no século XX, esse movimento consolidou uma trajetória marcada pela denúncia, reivindicação e proposição política, reconhecendo a luta de classes como um dos motores da transformação social na construção de uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, sua atuação não se limitou a esse aspecto. Ele trouxe uma inovação fundamental ao ampliar a crítica ao capitalismo, incorporando a ela um elemento central: o combate ao racismo.

O Movimento Negro Educador inovou ao inserir no debate político, especialmente na luta anticapitalista, a ideia de que a luta contra as opressões de classe e o combate ao racismo não são antagônicas, mas complementares e imbricadas. Pelo contrário, a articulação emancipatória entre ambas é essencial para a construção de uma democracia plena, capaz de incluir, de forma genuína, a diversidade cultural e racial. Esse movimento social desempenhou um papel fundamental na transformação de um alerta histórico feito por organizações negras do século XX, bem como por intelectuais e ativistas negros e negras de grande relevância para a sociedade brasileira, como Abdias Nascimento, Joel Rufino dos Santos, Lélia González, Beatriz Nascimento, Thereza Santos, Clóvis Moura, Henrique Cunha Junior, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Raquel de Oliveira, Ana Célia da Silva, dentre outros. Esses pensadores e pensadoras denunciaram o apagamento da população negra na educação brasileira, na qual a presença negra nas Américas era frequentemente reduzida à escravidão, enquanto sua história e participação na construção do Brasil eram silenciadas ou negadas. Além disso,

apontaram como a educação escolar propagava concepções estereotipadas e racistas sobre o continente africano, contribuindo para a perpetuação do racismo.

Direta ou indiretamente, esses militantes, reconhecidos tanto por sua atuação política quanto profissional, foram precursores de uma das mais profundas mudanças curriculares da educação brasileira. Após anos de luta, essa mobilização resultou na obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica, nas redes pública e privada. Essa conquista se materializou na inserção do artigo 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), por meio da Lei 10.639/03, configurando uma intervenção política de grande impacto epistemológico.

Essa mudança abriu caminho para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004, pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), sob a relatoria da pesquisadora e militante negra Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. As Diretrizes impulsionaram uma série de transformações teóricas e práticas na educação brasileira. Elas foram a principal referência para a formulação da Política Nacional de Equidade, Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola (PNEERQ), elaborada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao Ministério da Educação, no ano de 2024.

O Movimento Negro Educador também desempenhou um papel crucial na construção de uma gramática afirmativa, educacional e política no Brasil, ao ressignificar social e politicamente o conceito de raça (Hall, 2022), desvinculando-o das interpretações biológicas presentes nas teorias racistas dos séculos XIX e XX. Além disso, trouxe para o debate a noção de africanidades brasileiras, ampliando a compreensão dos laços históricos e culturais entre a África e o Brasil no contexto da diáspora africana. Também foi o responsável por traduzir, para a realidade brasileira, o conceito de ações afirmativas, com ênfase na modalidade das cotas raciais, já utilizado em outros lugares do mundo, em especial, nos EUA, fruto das lutas pelos direitos civis dos negros e negras norte-americanos.

A luta por ações afirmativas no Brasil tem provocado uma transformação no Estado e em suas instituições, especialmente na educação superior, ao evidenciar que o conceito de mérito, frequentemente exaltado nos espaços acadêmicos e intelectuais, mascara uma desigualdade histórica. Essa desigualdade impacta diretamente a trajetória de sujeitos pertencentes a grupos sociais, econômicos e

étnico-raciais subalternizados, que enfrentam barreiras estruturais para acessar e permanecer no sistema educacional. Enquanto isso, aqueles provenientes da classe média e das elites usufruem de melhores condições e privilégios que facilitam o seu acesso e permanência na educação superior. Diante desse cenário, como sustentar a noção de mérito individual em uma sociedade capitalista e desigual, onde as oportunidades são distribuídas de forma hierárquica desde o ponto de partida?

A denúncia dos nefastos efeitos do racismo em nosso país, realizada pelo Movimento Negro Educador, é um marco importante para a conscientização sobre as desigualdades raciais no Brasil. Essa mobilização possibilitou uma mudança significativa na postura do Estado brasileiro e de diversas instituições públicas e privadas. Apesar da resistência de setores conservadores, e até mesmo de alguns segmentos progressistas da sociedade, as duas primeiras décadas do século XXI testemunharam uma transformação gradual com a implementação de ações e políticas nacionais voltadas para o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial.

Um dos marcos mais importantes desse processo foi a criação da então Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, que simbolizou o reconhecimento oficial da necessidade de políticas específicas para enfrentar e combater o racismo no país². Essas mudanças não ocorreram sem desafios. A resistência de setores que negam a existência do racismo e/ou que se opõem a ações afirmativas ainda é uma realidade. No entanto, as conquistas alcançadas até o momento demonstram a importância da luta do Movimento Negro Educador e de suas demandas por justiça social, igualdade e equidade. Além disso, uma série de legislações, programas e iniciativas antirracistas têm sido implementadas em nosso país.

O Movimento Negro Educador e a construção de saberes

Os saberes organizados, sistematizados e disseminados pelo Movimento Negro Educador dizem respeito ao seu legado epistemológico intrínseco. Quanto mais esses saberes se consolidam, mais esse movimento social tem a capacidade de transformar a sua própria forma de ver, perceber e interpretar os problemas

2 Inicialmente, a pasta da igualdade racial foi inserida, nos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como uma secretaria especial, a saber, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (2003-2010). Em decorrência da aprovação da Lei 12.314, de 19 de agosto

que motivam a sua luta. Saberes derivados da experiência social da população negra brasileira, das práticas sociais, políticas, pedagógicas e produção intelectual afro-brasileira. Dentre esses saberes, destaco: os políticos, os identitários, os estético-corpóreos, os da indignação e os interseccionais (Gomes, 2017; 2023).

A separação dos saberes, como apresentada ao longo do artigo, é um recurso didático e argumentativo, pois, na vida social, eles se manifestam de forma imbricada e interdependente. Dependendo do contexto e das circunstâncias em que operam, alguns podem se sobressair mais do que outros, bem como todos ou quase todos podem atuar em conjunto.

Saberes políticos

Graças à atuação histórica do Movimento Negro Educador, a questão racial assumiu um novo lugar político em nossa sociedade, gerando transformações significativas, retirando esse movimento social e suas conquistas da invisibilidade. A luta política desse movimento social resultou na criação de uma legislação nacional em prol da igualdade racial, no Brasil. Uma lei orientadora das várias políticas públicas do país. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288, aprovada em 2010. Fruto de tensões, negociações e acordos, desde a sua proposição até a sua aprovação, o Estatuto apresenta os principais saberes políticos produzidos pela população negra organizada na luta contra o racismo.

A Lei n. 12.711, de agosto de 2012, cotas sociorraciais nas universidades públicas federais, nos Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (atualizada pela Lei 14.723, de 2023), e a Lei 12.990/14, cotas raciais em concursos públicos federais têm paulatinamente transformado o perfil dos servidores federais. Nas Instituições Públicas de Educação Superior, a Lei 12.990/14, mesmo diante das várias estratégias para o seu não cumprimento, adotada por

de 2010, ela foi alçada ao status de ministério. Este se manteve nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff (PT) até o ano de 2015, quando a pasta foi extinta, dando lugar ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH) (2015-2016). Destaca-se que o segundo mandato da presidenta Dilma foi interrompido devido ao impeachment. No governo interino de Michel Temer (MDB) (2016-2018), o MMIRDH foi extinto e essa situação se manteve durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL) (2019-2022). Em ambos governos, a igualdade racial perdeu lugar de relevância política na estrutura governamental e sofreu cortes orçamentários transformando-se em secretaria nacional. No governo Temer, esta secretaria integrou o Ministério dos Direitos Humanos e, no governo de Jair Bolsonaro foi inserida no Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos. Todo esse desmonte foi reconstruído a partir de 2023, no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) e com um diferencial importante: criou-se o Ministério da Igualdade Racial na estrutura do governo com maior orçamento, mais cargos e maior autonomia política.

uma parte dessas instituições devido ao seu apego ao ideal meritocrático, aos poucos, tem possibilitado a entrada de docentes e servidores negras e negros nos espaços acadêmicos³.

A implementação da Lei 12.990/14 resulta em várias tensões. Mesmo assim, ela induziu estados e municípios a formularem legislações semelhantes, em diálogo com as suas próprias realidades e com o movimento negro, indígena, das pessoas com deficiência, em âmbito local. Os saberes políticos advindos das reivindicações que possibilitaram a aprovação desta Lei têm produzido uma série de questionamentos sobre a ausência da representatividade negra na carreira da administração pública. Ademais, as Instituições Federais de Educação Superior se viram induzidas a implementar cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, em atendimento à Portaria Normativa 13/2016, do Ministério da Educação⁴.

3 No dia 19 de novembro de 2024, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que propõe o aprimoramento da Lei de Cotas no Serviço Público e, pela primeira vez, inclui os povos indígenas e quilombolas entre os grupos contemplados pela política pública. O texto também propõe a ampliação do percentual de reserva de vagas no serviço público federal para 30%. Agora, o projeto volta para o Senado, para apreciação. O projeto propõe o aprimoramento da Lei de Cotas do Serviço Público (Lei n. 12.990/2014), que completou uma década em 2024. A lei vigente contemplava a reserva de apenas 20% das vagas de concursos públicos federais para negros. O PL 1958/21, aprovado na Câmara, foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT/RS), teve a aprovação do Senado em junho e tramitou em regime de prioridade, em função do término da vigência da Lei, após de dez anos de sua implementação. A ampliação do percentual de vagas ofertadas e a inclusão de povos indígenas e quilombolas entre os grupos racializados prioritários e a reserva de vagas é resultado da articulação realizada pelos Ministérios dos Povos Indígenas (MPI), da Igualdade Racial, da Justiça e da Gestão e Inovação. O projeto também define o monitoramento da política ao longo de sua vigência, pelos mesmos ministérios. O projeto de lei foi votado em Plenário e teve aprovação com 241 votos a favor e 94 contra. O texto foi alterado e, por isso, voltará para o Senado. As principais mudanças acatadas ao conteúdo foram o tempo de revisão da lei, que na nova proposta passa a ser de cinco anos, ao invés de dez, e a retirada da confirmação complementar após a autodeclaração, por meio da banca de heteroidentificação. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/aprovado-na-camara-pl-que-inclui-pela-primeira-vez-indigenas-e-quilombolas-na-reserva-de-vagas-para-o-servico-publico-federal>. Acesso em: 5 mar. 2025.

5 Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), a luta antirracista impulsionada pelo Movimento Negro Educador enfrentou diversos embates. Um dos episódios mais marcantes ocorreu com a revogação da Portaria 13/2016, pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria 545/2020, assinada pelo então ministro Abraham Weintraub. A revogação, realizada nos últimos dias de Weintraub à frente do MEC, gerou forte reação de entidades ligadas à Educação, do movimento negro, de parlamentares, partidos políticos e outros setores da sociedade civil. Diante das críticas e mobilizações, o MEC reviu sua decisão. Assim, no dia 23 de junho de 2020, o ministro interino Antonio Paulo Vogel de Medeiros publicou a Portaria 559, no Diário Oficial da União, restabelecendo as diretrizes anteriormente previstas na Portaria 13/2016.

Ao longo dos anos, especialmente a partir dos anos 2000, o Estado e suas instituições, assim como cidadãos e cidadãs brasileiros, foram provocados a conhecer e compreender mais profundamente a realidade da população negra no contexto do racismo. Esse processo os obrigou a explicitar sua ignorância – e resistências – diante dessa questão. O fingimento social de que não havia racismo no Brasil foi ainda mais desmascarado. Já não é possível negar que a raça faz parte da conformação social, cultural, educacional e histórica do país. Trata-se de um aprendizado proporcionado pelos saberes políticos resultantes da ação histórica do Movimento Negro Educador.

No campo progressista, embora o conceito de classe tenha sido historicamente hegemônico na análise das desigualdades e das perversidades do capitalismo, muitas pessoas passaram a adotar uma perspectiva político-epistemológica mais ampla, reconhecendo que a luta de classes está estruturalmente interseccionada com as questões de raça e gênero. Com isso, intelectuais, pesquisadoras(es), ativistas do movimento negro, pesquisadoras, pesquisadores e influencers negras(os) passaram a ser cada vez mais requisitados para opinar sobre o racismo no Brasil. Nesse contexto, os saberes políticos construídos pela população negra e sistematizados pelo Movimento Negro Educador passaram a dialogar com outros campos do conhecimento, tensionando as ignorâncias históricas. Há, hoje, um reconhecimento mais amplo de que negras e negros são sujeitos políticos e de conhecimento, com plena competência para debater não apenas a questão racial no Brasil e no mundo, mas também os mais diversos temas da vida social, política, cultural, econômica e educacional.

O Movimento de Mulheres Negras merece destaque quando refletimos sobre os saberes políticos. A atuação das ativistas negras constrói, de maneira interseccional, saberes que abrangem dimensões políticas, identitárias e estéticas-corpóreas específicas. Desde seu surgimento, o Movimento de Mulheres Negras tem questionado e enfrentado o machismo dentro do próprio Movimento Negro Educador, desafiando os homens negros ativistas a repensarem suas posturas e atitudes, tanto nas relações políticas quanto nas pessoais.

É possível afirmar que o Movimento de Mulheres Negras, como parte integrante do Movimento Negro Educador, desempenha um papel ativo e altivo no processo de reeducação desse próprio movimento social. Ao denunciar e combater a articulação perversa entre raça, gênero e violência nas relações entre homens e mulheres negras, o Movimento de Mulheres Negras reafirma a necessidade de um debate profundo e transformador. Essa é uma atitude corajosa

e necessária, que não enfraquece a luta antirracista. Pelo contrário, fortalece-a, possibilitando que seja conduzida com maior profundidade e honestidade⁵.

Essas críticas e questionamentos também foram direcionados ao movimento feminista de modo geral. A questão das mulheres negras passou a integrar as pautas de diversas organizações feministas brasileiras, a partir das denúncias feitas por mulheres negras ativistas e/ou pesquisadoras sobre o silenciamento da questão racial dentro das reivindicações e proposições feministas. O Movimento de Mulheres Negras, como constituinte do Movimento Negro Educador, tem produzido saberes políticos que reafirmam que a luta pelos direitos das mulheres não pode estar dissociada do combate ao racismo e à violência que afeta, em especial, as mulheres negras. Além disso, por meio de diversas formas de organização emancipatórias, as mulheres negras ampliaram e politizaram o debate sobre a imposição de padrões estéticos eurocentrados, denunciaram a violência que atinge comunidades quilombolas, explicitaram o perigo da intolerância religiosa, colocaram-se contra o assassinato dos jovens negros e da comunidade LGBTQIA+.

Ao evidenciar a potência dos saberes políticos, o Movimento Negro Educador reafirma que a luta por justiça e transformação social, em qualquer espaço, não pode se omitir diante da articulação entre capitalismo, racismo e patriarcalismo. Caso contrário, a defesa da democracia promovida por movimentos sociais progressistas, e até por governos de esquerda, corre o risco de se limitar a uma regulação conservadora dentro dos próprios espaços de emancipação. Essa atuação tem impulsionado não apenas reflexões e ações políticas, mas também a

5 A efervescência dos saberes políticos presentes na história das mulheres negras, sistematizados e disseminados pelo Movimento de Mulheres Negras, subsidiam articulações internacionais. Como exemplo, citamos o Dia Internacional das Mulheres Negras, Afro-latino-americanas e Caribenhas, celebrado em 25 de julho. Essa data é fruto da resistência e organização coletiva das mulheres negras da América Latina e do Caribe. Sua origem remonta ao Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, realizado em 1992, na República Dominicana. Na ocasião, lideranças negras de diversos países denunciaram as múltiplas formas de discriminação que as mulheres negras enfrentam, incluindo o racismo, o sexismo, a exclusão social e a desigualdade econômica. A criação dessa data simbólica reforçou a importância da articulação transnacional das mulheres negras, promovendo a visibilidade das suas lutas e reivindicações por direitos, políticas públicas e reparação histórica. Desde então, o 25 de julho se tornou um marco para a mobilização e fortalecimento das pautas das mulheres negras, impulsionando debates sobre justiça racial, combate à violência, acesso à educação e aos direitos trabalhistas. No Brasil, essa data também foi institucionalizada como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, pela Lei n. 12.987, de 2 de junho de 2014, em homenagem à líder quilombola, do Quilombo de Quariterê-MT, que simboliza a resistência contra o sistema escravocrata. Essa iniciativa reafirma o protagonismo das mulheres negras na luta por igualdade e justiça social, tanto no passado quanto no presente.

incorporação da raça, ressignificada como uma categoria fundamental de análise social, política e acadêmica, essencial para a compreensão das desigualdades.

Saberes identitários

A discussão e a construção da identidade negra têm ganhado cada vez mais espaço nos debates públicos no Brasil. Seja de forma direta ou indireta, essa temática está presente nos campos político e jurídico, nos partidos, nos movimentos sociais, nas mídias, nas redes sociais, na produção do conhecimento, nas narrativas de influenciadores(as) e até no Congresso Nacional. Seja para apoiar ou polemizar, diferentes setores da sociedade discutem o fato de que as pessoas negras no Brasil constroem uma identidade distinta da população branca e de outros grupos étnico-raciais. No entanto, as estruturas racistas ainda impõem desafios a esse processo, que é ao mesmo tempo pessoal e social.

Na educação básica, cresce o debate sobre a urgência da educação antirracista e seu papel na superação de estereótipos raciais e no combate ao racismo. Discute-se cada vez mais o impacto do currículo escolar na construção das identidades de crianças negras e brancas, bem como a necessidade de mudanças estruturais nesse contexto. A atualidade da luta pela inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares pode ser percebida na publicação do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1988. Mesmo após décadas, seu discurso continua extremamente relevante:

Por que estudar a História da África e Estudos Africanos no Brasil? As entidades negras brasileiras ao tempo em que identificaram o sistema de ensino como um dos principais veiculadores de preconceitos, distorções e ocultamento do negro, sua cultura e sua história, passaram a denunciar tal processo e a exigir um ensino que valoriza todas as raças e suas culturas e não apenas a história e cultura da raça branca, detentora do poder. Conhecer a história dos seus antepassados na África, ter a real dimensão da civilização e cultura da qual é descendente, é de vital importância para quebrar o conceito imposto pelo branco de que o negro é inferior porque descende de um povo selvagem e atrasado, bem como para reconstruir uma identidade sem complexos, fundamentada no reconhecimento do seu passado histórico e cultural. Cabe ainda evidenciar que a escravidão deveu-se a união de uma maioria dominadora e não a uma pretensa inferioridade da raça negra. (MNU, 1988, p. 50).

Como negar que a educação e a sociedade brasileira vêm passando por um processo de reeducação sobre a importância de revisar o lugar ocupado pela

África em nossos currículos e no imaginário social? É fundamental lembrar que a mudança no discurso de educadoras(es), políticos, intelectuais de diferentes pertencimentos étnico-raciais sobre esse tema – agora reconhecendo e defendendo essa transformação – resulta diretamente das denúncias incansáveis do Movimento Negro Educador.

Essa luta tem sido comprovada por meio de pesquisas acadêmicas e de políticas públicas do Ministério da Educação. A resignificação do papel da África na nossa história não é um avanço espontâneo, mas sim uma pressão e uma conquista construídas pela militância negra em articulação com diversos setores da sociedade, tais como, parlamentares, pesquisadoras e pesquisadores negros e não negros. Além disso, a discussão sobre a identidade negra, trazida pelo Movimento Negro Educador, tem provocado reflexões sobre a construção da identidade branca. A compreensão de que não existe uma única forma de ser branco tem ganhado espaço, desafiando a naturalização histórica da branquitude como padrão universal. Durante séculos, essa questão sequer foi problematizada, devido à imbricação entre branquitude, relações de poder e a estrutura racista da sociedade brasileira.

No contexto do racismo, a branquitude, enquanto lugar de poder e privilégio branco (Bento, 2022), apela para a padronização de civilização, beleza, inteligência e poder como inerentes às pessoas brancas, sua cultura e sua forma de ver o mundo. Exalta o eixo Norte do mundo, a Europa Ocidental e o poder colonial, e deprecia o continente africano e os países pertencentes ao Sul. Crianças negras, brancas e indígenas crescem imersas nessa ideologia, discurso e práticas, que se manifestam de diversas formas na sociedade. A linguagem cotidiana no Brasil ainda carrega estereótipos que impõem um sentimento de inferioridade àqueles(as) que são vistos como fora desse padrão. Essa realidade reforça a ideia de supremacia branca, gerando identidades arrogantes e perpetuando desigualdades.

O Movimento Negro Educador, a partir da experiência social de luta e resistência histórica da população negra no Brasil, sistematizou, reconstruiu e difundiu um discurso afirmativo sobre a construção da identidade negra. Esse processo tem impacto direto na vida de pessoas negras, especialmente na juventude, que, com altivez, vem ocupando novos espaços na sociedade.

A afirmação da identidade negra se faz presente no Hip-Hop, no funk, no samba, na capoeira, no axé music, no pagode, nas religiões de matriz africana e no Congado. Também se manifesta nos coletivos de estudantes negros nas

Instituições de Educação Superior e na profusão de páginas pessoais de artistas, políticos(as), grupos juvenis e figuras públicas que se reconhecem e se afirmam negras, compartilhando suas experiências de negritude no Brasil e no mundo e também denunciando o racismo.

A afirmação do orgulho de ser negro e negra, ao assumir a identidade negra em toda a sua complexidade – expressando-a por meio da estética, da linguagem, da arte, da música, do teatro, da dança, da produção teórica engajada e da narrativa política – extrapolou os fóruns da militância negra. Se antes essa postura era atribuída principalmente a militantes orgânicos, hoje pode ser observada no cotidiano de muitas pessoas negras, refletindo-se na forma como se relacionam e ocupam espaços na sociedade.

Historicamente, uma das estratégias do racismo diante da construção da identidade negra tem sido estereotipá-la, invisibilizá-la e fragmentá-la. Nesse contexto, afirmar-se negro e negra representa um saber identitário e político de extrema relevância para a luta antirracista. O Movimento Negro Educador tem conseguido expandir a politização da raça e da identidade negra para espaços onde antes essas questões eram marginalizadas ou simplesmente ignoradas, promovendo um debate mais amplo e transformador na sociedade. Esse movimento social transforma a experiência da luta pelo direito e pelo respeito à identidade negra em saberes identitários que emancipam.

Saberes Estético-Corpóreos

Os saberes estético-corpóreos construídos pela população negra, sistematizados e divulgados pelo Movimento Negro Educador expressam resistência, afirmação da identidade e construção de novos conhecimentos. Através do corpo e da estética, a população negra reafirma suas origens, contesta violências históricas e cria novas formas de existência e expressão. A corporeidade negra carrega memórias ancestrais e, quando assumida de forma afirmativa, expressa novas narrativas estéticas e corpóreas de pertencimento e valorização da identidade negra. Essa corporeidade constitui uma linguagem que comunica histórias de resistência e superação.

A estética e a corporeidade negras, muitas vezes desqualificadas ou marginalizadas, são na verdade portadoras de saberes profundos, conectados à ancestralidade africana e às vivências afro-brasileiras do presente. Elas carregam consigo a força de um povo que encontrou, na expressão corporal, na moda afro,

nos adornos, nos gestos, nas cores, nos penteados, na postura, na resignificação da ideia de beleza, no rompimento com os padrões estéticos eurocentrados, uma maneira de existir e reivindicar espaço na sociedade.

A estética também se apresenta como um campo de disputa e reafirmação da identidade negra. O uso de turbantes, tranças, black power e roupas inspirados nas culturas africanas, afro-americanas, afro-latinoamericanas e afro-caribenhas, e resignificadas no Brasil, são formas de afirmação que desafiam padrões impostos pelo racismo. Para além de escolhas estéticas que carregam narrativas de empoderamento, ancestralidade e orgulho, estamos diante da reinvenção do ser negro. Esse processo não é de agora. Ele faz parte da presença negra em nosso país, desde os africanos e africanas escravizados e seus descendentes até chegarem aos negros e negras da atualidade.

A construção da libertação do corpo negro das amarras do racismo sempre foi uma presença marcante na vida e nas ações dos africanos e africanas escravizados e seus descendentes. As lutas, as rebeliões nas senzalas, os quilombos, os abortos, os envenenamentos foram respostas fortes de resistência presente na trajetória de negras e negros ao regime da escravidão. E em todas elas o corpo negro regulado pela escravidão se mostrava rebelde e lutava pela sua emancipação. Também hoje, a história já nos revela que negros libertos também participaram do movimento abolicionista e não somente a classe média branca mais revolucionária da época.

Os saberes estético-corpóreos produzidos nessa complexa trama histórica emergem das mais diversas estratégias para resgatar a estética e a corporeidade negra da desumanização imposta pela dominação econômica, política e racial que se estende há séculos em nosso país. Ao trazerem a resignificação da ideia de beleza, ao expressarem os conhecimentos historicamente produzidos pela ancestralidade africana e pela presença afro-brasileira, esses saberes reeducam a sociedade, a cultura, a política, a educação e a arte.

No campo educacional, os saberes estético-corpóreos se tornam potentes ferramentas pedagógicas. É possível encontrar materiais didáticos e livros revisados e atualizados e que expressam esses saberes, diferentemente do que foi ensinado e aprendido pelas gerações educadas no século XX. No decorrer do século XXI, assistimos mudanças, mesmo com insistentes permanências do racismo, nas quais os modos de ser e estar dos africanos e afro-brasileiros são reconhecidos e afirmados.

A arte negra no Brasil, em suas diversas linguagens, também desempe-

nha um papel fundamental de expressão desses saberes. O teatro negro, a literatura periférica, os slams de poesia, o rap e a arte urbana resgatam, de forma insurgente, histórias silenciadas e propõem novas perspectivas estéticas sobre a realidade da população negra no país, capazes de produzir reflexões e questionamentos sobre estruturas de opressão.

Os saberes estético-corpóreos são fundamentais para a compreensão da história e da cultura do nosso próprio país. Eles rompem com a tradição eurocêntrica de estética, de beleza, de corporeidade, de sabedoria e de conhecimento e afirmam a presença negra em todas as esferas da sociedade. Através do corpo e da estética, a população negra reescreve sua história, ocupa espaços, desafia padrões estéticos hegemônicos.

Não se trata de trocar um determinado padrão estético e corporeidade pelo outro. Os saberes-estético corpóreos, ao nos reeducar sobre a forma como vemos a presença negra na sociedade, nos ensinam que uma sociedade democrática é aquela que não hierarquiza: desafia a própria ideia de padrão e se desafia a conviver de forma justa com a diversidade de vivências, estéticas, experiências sociais e culturais presentes na humanidade, reconhecendo, inclusive, que todos e todas somos humanos e, portanto, hierarquizar, subjugar, invisibilizar, exterminar em função das diferenças são atitudes inadmissíveis, arrogantes, desumanizadoras, colonialistas e racistas.

Saberes Interseccionais

Os saberes interseccionais são construídos no contexto das lutas por emancipação social, racial e de gênero e contra o racismo, tendo como protagonistas as mulheres negras que se movimentam na sociedade, bem como o Movimento de Mulheres Negras, parte intrínseca do Movimento Negro Educador. Desde os anos 1980, essa atuação tem sido central na formulação e disseminação de conhecimentos críticos sobre as interseções entre raça, gênero e classe, ampliando a compreensão das desigualdades e das formas de resistência.

Reconhecendo a imensa heterogeneidade que caracteriza atualmente o entendimento e o uso do conceito de interseccionalidade, destaca-se, nesse artigo, a perspectiva de Patricia Hill Collins e Silma Bilge (2021):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais da vida cotidiana. Como ferramenta

analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. (Collins e Bilge, 2021, p. 15-16)

Porém é crucial destacar outro aspecto ao analisarmos a interseccionalidade: sua presença na vida das mulheres negras brasileiras. Mais do que um conceito, ela representa uma interpretação perspicaz da realidade, produzida pelas próprias mulheres, sobre a complexidade de suas existências no contexto das opressões. O conceito de interseccionalidade, que fundamenta os saberes interseccionais, tem seguido um caminho de adensamento político e epistemológico na produção teórica feminista negra – em âmbito internacional, nacional, regional e local. No Brasil, encontra ressonância tanto na luta política quanto na produção intelectual crítica, tornando-se um referencial essencial para compreender as dinâmicas de opressão e resistência.

Ao longo do tempo, esse conceito tem ultrapassando os limites da militância feminista negra e dialogando com diferentes áreas do conhecimento e da ação política. Assim, percorre as décadas desde o século XX até o terceiro milênio, reafirmando sua relevância para a construção de um pensamento crítico e transformador. A universidade e a produção editorial brasileira têm, aos poucos, divulgado um corpo significativo de reflexões produzidas pelas mulheres negras do passado e do presente, algumas pouco conhecidas, bem como estimulado novas abordagens. Essa ação, fruto de uma pressão exercida pelas próprias mulheres negras e principalmente pela juventude negra universitária no contexto das políticas de cotas, no Brasil, tem contribuído para o conhecimento e propagação do conceito da interseccionalidade, produzido consensos e discordâncias.

Nesse contexto, como aponta Tayná Mesquita (2023), temos assistido à retomada de leituras de autoras como Lélia Gonzalez (1983) e sua reflexão sobre a tríplice opressão – raça, classe e gênero –, que antecede a atual discussão sobre a interseccionalidade. É instigante perceber como o conceito de interseccionalidade aprofundou e expandiu a ideia da tríplice opressão, permitindo compreender que a imbricação de violências nas relações de poder não se limita a essa tríade. Ele vai além, incorporando outros marcadores, como religião, idade, geração, orientação sexual, nacionalidade e localização geopolítica, que incidem sobre as vidas negras de forma interseccional, imbricada e cruelmente articulada. Assim, quanto mais forte for o histórico de violências e opressões dos grupos sociais aos quais pertencemos, mais intensamente a interseccionalidade opera. No caso das

mulheres negras, essa realidade se manifesta de maneira inquestionável, revelando a necessidade de análises que abarquem a complexidade dessas experiências.

Os saberes interseccionais, produzidos a partir das vivências sociais e políticas das mulheres negras e de sua atuação no Movimento de Mulheres Negras, enquanto parte do Movimento Negro Educador, têm provocado mudanças significativas na sociedade. Esses saberes não apenas impulsionam transformações sociais e políticas, mas também têm movimentado a construção de novos conceitos teóricos e categorias analíticas, ampliando o debate acadêmico e político sobre desigualdades estruturais. Além disso, esses saberes têm influenciado a produção e interpretação de dados e análises estatísticas, permitindo uma leitura mais precisa sobre a imbricação entre raça, classe, gênero, idade, orientação sexual e localização regional. Isso é fundamental para compreender fenômenos como a violência contra a mulher negra e a urgência da construção de políticas públicas eficazes. Um exemplo concreto desse impacto pode ser encontrado nos dados do Atlas da Violência (2021), que evidenciam as desigualdades e violências enfrentadas por mulheres negras no Brasil⁶.

Esses saberes também cumprem um papel fundamental ao reeducar e promover novas compreensões, especialmente no que diz respeito à necessária articulação entre mulheres negras e não negras na luta contra o racismo, o patriarcado e o machismo. Eles apontam para a urgência de uma articulação conjunta – anticapitalista, antirracista, antimachista, anti-LGBTQIA+fóbica e anticapacitista – que respeite a diversidade nos modos de ser mulher. Essa aliança fortalece a resistência e possibilita a construção de um caminho mais democrático e transformador.

O Movimento de Mulheres Negras, ao produzir os saberes interseccionais, revela as aproximações presentes na história das mulheres negras e não-negras, no Brasil, as quais deveriam conduzir, de forma articulada, a luta contra as desigualdades e violências que assolam a vida de todas. Mas, ao mesmo tempo, esses saberes carregam um alerta: o fato de existir essas aproximações não pode encobrir o reconhecimento de que há realidades e opressões distintas que geram pautas específicas das mulheres negras, brancas, indígenas, do campo, quilombolas, entre outras, as quais também devem ser apoiadas.

Esse anúncio de articulação de forças, presentes nos saberes interseccio-

6 Cf. O Atlas da Violência no link <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

nais, é o que tem orientado as atuais pautas políticas emancipatórias em gênero e raça que assistimos no Movimento Feminista e no Movimento de Mulheres Negras. Estas exigem respostas mais eficazes, abrangentes e menos simplistas do Estado e das suas instituições. São esses saberes que apontam para a urgente necessidade da construção de uma compreensão mútua e solidária entre as mulheres, sem perder de vistas as especificidades, identidades de gênero, raciais, étnicas e políticas. Os saberes interseccionais entendidos como saberes emancipatórios sistematizados, produzidos e disseminados pelo Movimento Negro Educador carregam em si o desafio de articulação das forças democráticas.

Saberes da Indignação

Os saberes da indignação, produzidos pelo Movimento Negro, emergem como uma resposta crítica às estruturas de desigualdade racial historicamente consolidadas em nosso país. Esses saberes não apenas denunciam as opressões impostas pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2009), mas também propõem novas epistemologias que desafiam a hegemonia do pensamento eurocêntrico. Enraizados na experiência coletiva da população negra, tais saberes articulam a memória, a ancestralidade e a resistência como elementos fundamentais na construção de uma consciência política antirracista.

Ao longo da história, o Movimento Negro Educador tem se constituído como uma força política emancipatória e antirracista, impulsionando debates sobre cidadania, pertencimento, reparação e equidade racial. A indignação diante das desigualdades estruturais, da violência racial e do apagamento histórico não se restringe à denúncia; ela se transforma em ação, mobilização e construção de novas possibilidades de existência. Assim, os saberes da indignação promovem uma revisão crítica das narrativas oficiais, evidenciando o protagonismo negro na história e reivindicando uma educação que valorize a diversidade étnico-racial.

Esses saberes, de acordo com Gomes (2020, p. 369-370), juntamente com os saberes políticos, identitários, estético-corpóreos e interseccionais, estão presentes no contexto das ações afirmativas nas Instituições Públicas de Educação Superior, instaurado a partir dos anos 2000. São os sujeitos das ações afirmativas, discentes e docentes negros, que têm indagado a produção intelectual, questionando os limites da ciência moderna e ampliando as bases epistemológicas para inclusão de saberes ancestrais e comunitários. Portanto, os saberes da indignação são mais do que uma reação à opressão; são instrumentos de resistência, de reconfiguração identitária e de proposição de novas formas de organiza-

ção social. Eles reafirmam a luta por justiça e evidenciam que a indignação não é apenas um sentimento passageiro, mas uma força transformadora, capaz de produzir conhecimentos que impulsionam mudanças estruturais na sociedade.

Esse conjunto de saberes se articula e se expressa por meio da relação entre dignidade e indignidade. Quanto mais indignas forem as condições impostas pelo racismo às pessoas negras, maior é a violação de sua dignidade. Esse impacto pode levar ao isolamento, mas também pode resultar em um renascer político-identitário, impulsionando novos enfrentamentos e fortalecendo a luta pela recuperação da dignidade roubada.

Historicamente produzidos pela população negra no Brasil, ao longo de sua trajetória de sofrimento e resistência, os saberes da indignação se manifestam em diversas expressões culturais, políticas e sociais. Eles se afirmam por meio de gestos, memórias, do reconhecimento de personalidades negras invisibilizadas pela história, da valorização da religiosidade afro-brasileira, dos ensinamentos da capoeira, das articulações da juventude negra, da música, das passeatas, da literatura, da teoria e poesia negras engajadas, dos congressos do Movimento Negro e de Mulheres Negras, das estratégias quilombolas de sobrevivência e resistência à opressão ruralista, e da afirmação da infância negra como tempo/ espaço de dignidade e potência.

Mobilizar os sentimentos de dignidade e indignação, transformando-os em ação política, significa enfrentar e se contrapor ao racismo. Esse enfrentamento pode assumir diferentes formas: ora mais agressivas e contundentes, ora mais negociadoras e pacíficas, sempre lidando com a perversidade das relações de poder e dominação. Os desafios do século XXI exigem a articulação entre todos os saberes emancipatórios existentes e os novos, que estão por ser construídos na trajetória do Movimento Negro Educador. Um deles é como atuar diante da adesão de setores da sociedade brasileira – incluindo parte da população negra – às ideologias de extrema direita, ao fundamentalismo religioso e ao discurso de ódio, que ameaçam os direitos historicamente conquistados, colocam em risco a democracia e naturalizam o racismo e as desigualdades.

Considerações finais

Entender o Movimento Negro Educador significa restaurar para os sujeitos e as sujeitas negros e negras o seu lugar de produtores de conhecimento. Este conhecimento, além de ser emancipatório, é construído nas lutas por de-

mocracia e que reivindica um projeto de nação que valorize a diversidade, que não se silencie diante do racismo, que lute por equidade, justiça e pelos direitos humanos, que não se contente com a divisão classista imposta pelo capitalismo e que valorize o Estado democrático e de direito. Por isso, é importante considerar que outros movimentos sociais também propõem e lutam por um projeto de nação justo, democrático e diferente daquele que é defendido pelas elites. Mas, o Movimento Negro Educador traz um diferencial em relação às propostas das demais organizações progressistas, uma vez que ele propõe um projeto de nação que considere a interseccionalidade, principalmente entre classe, raça, gênero e orientação sexual. Ele explicita publicamente que não é possível pensar na superação da exploração classista se não considerarmos atentamente como a desvalorização e marginalização da diversidade interpõe maiores empecilhos à vivência dos direitos aos mais pobres e explorados, dentre os quais encontramos uma maioria negra.

Os saberes políticos, identitários, estético-corpóreos, interseccionais e da indignação construídos pela população negra ao longo de sua história, sistematizados, ressignificados e transformados em demanda política pelo Movimento Negro Educador educam e reeducam o Brasil sobre a importância de um projeto de nação onde caibam todas e todos, sem exceção. Os aprendizados advindos desses saberes poderão ser uma das bases para a construção de um outro projeto democrático de nação que considere e congregue as principais reivindicações dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e de diversidade sexual. Impossível? Não. Para tal, é preciso conhecer os movimentos sociais mais de perto e não temer aqueles de caráter emancipatório que lutam pelo direito às identidades e que compõem o complexo panorama da diversidade em nosso país. Esses movimentos também lutam pela democracia e pelo Estado democrático e de direito.

Um projeto de nação que considere os saberes emancipatórios do Movimento Negro Educador não pode abrir mão de inserir a memória, história, patrimônio, cosmovisão, autopercepção, tradições, corporeidades e processos educativos da população afro-brasileira ao propor eixos centrais das políticas públicas a serem realizadas. Esses saberes são construídos na luta e na tensão e articulam, ao mesmo tempo, enfrentamento e proposição, oferecendo uma visão de futuro que transcende o racismo e o elitismo capitalista. Sua presença nas conquistas legislativas, culturais e territoriais aqui apontadas são orientações centrais para a construção de uma democracia que tem a interseccionalidade das lutas por emancipação como um dos eixos de sua realização.

A democracia presente nas proposições dos saberes emancipatórios do Movimento Negro Educador se inspira no Sankofa, bebe na ancestralidade, atua no presente e pavimenta um outro futuro que interseccionaliza memória, resistência, dignidade, justiça social, direitos, equidade e transformação. De acordo com a definição da revista Sankofa (NEACP, 2013, p. 4):

O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou ideias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar. Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro. Deste saber africano, Sankofa molda uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do “Ocidente”. Admite a necessidade de recuperar o que foi esquecido ou renegado. Traz aqui, ao primeiro plano, a importância do estudo da história e culturas africanas e afro-americanas, como lições alternativas de conhecimento e vivências para a contemporaneidade. Desvela, assim, desde a experiência africana e diaspórica, uma abertura para a heterogeneidade real do saber humano, para que nos possamos observar o mundo de formas diferentes. Em suma, perceber os nossos problemas de outros modos e com outros saberes. Em tempos de homogeneização, esta é a maior riqueza que um povo pode possuir.

O projeto de nação, inscrito na história e na luta do Movimento Negro Educador é exigente. Por meio da forma sankofiana de construir a democracia, será possível reimaginá-la em tempos de risco e fundamentalismos. A luta pela democracia, neste século XXI, precisa ser repensada. Ela não se restringe à inclusão econômica dos “outros”, dos diferentes e suas diferenças, dos mais pobres na estrutura social capitalista eivada de preconceitos e discriminações de toda ordem. Antes, ela propõe de uma mudança radical nas estruturas de poder dominadas pela branquitude econômica, social, política e cultural. E essa mudança

só será realizada se o reconhecimento e a valorização da diversidade passarem a ser um dos alvos democráticos das ações políticas progressistas. No contexto da diversidade, entendida de forma emancipatória, é que as reivindicações da população negra encontram lugar e os saberes emancipatórios produzidos pelos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro Educador, poderão ser valorizados, escutados, legitimados e incluídos.

Esses saberes contribuirão para a releitura da nossa história política, pedagógica e cultural, ajudando-nos a entender, sem temor, onde acertamos e erramos no passado, para revermos o presente e construirmos um futuro que não despreze as justas demandas por direitos e equidade, presentes na trajetória dos movimentos sociais de caráter identitário, dentre os quais inclui-se o Movimento Negro Educador.

Referências

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Inep, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003, modificada pela Lei nº 11.645/2008: torna obrigatória a inclusão do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Equidade, Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Brasília: MEC/SECADI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em 01 mar. 2025.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira. **Atlas da violência**. Brasília: FBSP, 2021.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, [S. l.], v. 21, n. 62, Ensaio. Seção Temática Raça e Cultura, p. 360-371, jul./set., 2020.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Ciências sociais hoje. Brasília: Anpocs, 1983. p. 223-44.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: saberes interseccionais e políticos. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2023. p. 27-38.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU). 1978-1988. **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

NEACP. Sobre a Sankofa. **Sankofa**, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo a. 6, n. 12, p. 04, dez. 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almeida, 2009.

Sobre a autora

Nilma Lino Gomes - Professora titular e emérita da UFMG. Mestrado em Educação/FAE/UFMG, doutorado em Antropologia Social/USP, pós-doutorado em Sociologia/Universidade de Coimbra/PT e em Educação/UFSCAR. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FAE/UFMG. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPQ). E-mail: nilmalinogomes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>.